



ATO Nº 43, DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53500.029341/13. ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAQUENSES DE RADIODIFUSÃO - RADCOM-Foz do Iguaçu/PR-Canal 292. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 44, DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53500.029340/13. ASSOCIAÇÃO DE MORA-DORES DE TIJUCAS DO SUL (ASMOTISUL) - RADCOM - Tijucas do Sul/PR - Canal 252. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 45, DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53500.029339/13. ASSOCIAÇÃO DE RADIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA BURITI FM - RADCOM - Buriti dos Lopes/PI - Canal 200. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 46, DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53500.029338/13. ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO BOAS NOVAS - RADCOM - Itaueira/PI - Canal 200. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 47, DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53500.029337/13. ASSOCIAÇÃO MATO PER-SO DE COMUNICAÇÃO - RADCOM - Flores da Cunha /RS - Canal 285. Autoriza o Uso de Radiofrequencia.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 48, DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53500.029336/13. ASSOCIAÇÃO NOVA MIDHIA-RADCOM-Sapiranga/RS-Canal 200. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 49, DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53500.029335/13. ASSOCIAÇÃO DE RADIO-DIFUSÃO COMUNITARIA DO POVOADO DE JULIO DE CASTILHOS DE TAQUARI - RADCOM - Taquari/RS - Canal 251. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 50, DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53500.029334/13. ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITAPIRAPUA PAULISTA - RADCOM - Itapirapuã Paulista/SP - Canal 285. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 51, DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53500.029333/13. ASSOCIAÇÃO DE RADIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MALHADA DOS BOIS - ARA-COMB - RADCOM - Malhada dos Bois/SE- Canal 285. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 21, DE 3 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53000.012818/94. TELEVISÃO INDEPEN-DENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTV - Uberlândia/MG- Canal 26. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 6 de janeiro de 2014

Nº 23 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 10 de julho de 2007, bem como no que consta nos Processos nºs 48500.004082/2012-07 e 48500.005458/2013-73, resolve:

Conceder o efeito suspensivo requerido por CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A., ELETROBRAS AMAZONAS ENERGIA, ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO ACRE, ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA e ELETROBRAS DISTRIBUIÇÃO RORAIMA, em recursos interpostos em face do Ofício nº 175/2013-SRE-SRG/ANEEL, de 20 de novembro de 2013, e de ofício também suspender os efeitos do Despacho nº 4.332, de 18 de dezembro de 2013, por se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade.

ROMEUE DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de janeiro de 2014

Nº 22 - Processo nº 48500.001717/2011-25. Interessado: Atlântica V Parque Eólico S.A. Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação comercial a partir de 7 de janeiro de 2014. Usina: EOL Atlântica V. Unidades Geradoras: UG5 a UG7, de 3.000 kW cada. Localização: Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de janeiro de 2014

Nº 21 - Processo nº 48500.000718/2012-33. Decisão: revogar o Despacho nº 684, de 5 de março de 2012, bem como o Despacho nº 1.563, de 16 de maio de 2013, e transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Nova Riqueza, situada no rio Capanema, sub-bacia 65, no Estado do Paraná, concedido à empresa Fronter Engenharia de Obras Ltda., devido o não atendimento ao disposto no § 3º, do art. 7º, da Resolução ANEEL nº 343/2008. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AYMORÉ DE CASTRO ALVIM FILHO
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE JANEIRO DE 2014

A DIRETORIA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP - no uso das atribuições conferidas pelo artigo 11, inciso III, da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, de acordo com as disposições da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria nº 1399, de 26 de dezembro de 2013,

Considerando que compete à ANP implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional;

Considerando que é atribuição da ANP proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

Considerando a necessidade de estabelecimento de novas definições para o registro de aditivos para combustíveis automotivos;

Considerando a importância da comprovação dos benefícios relacionados ao uso dos aditivos para combustíveis automotivos, e

Considerando a inclusão da característica depósitos em válvulas de admissão na especificação da gasolina automotiva, resolve:

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidos, por meio desta Resolução, os requisitos a serem atendidos pelos produtores, importadores e fornecedores de aditivos que comercializam aditivos para combustíveis automotivos em todo o território nacional e pelos distribuidores que formulam os combustíveis aditivados, assim como os procedimentos para o registro destes aditivos.

§ 1º Estão sujeitos ao registro na ANP os aditivos cujas aplicações se restringem aos seguintes combustíveis de uso rodoviário: gasolina, etanol hidratado combustível e óleo diesel.

§ 2º Ficam isentos de registro os aditivos cuja finalidade seja a adequação dos combustíveis às especificações da ANP.

§ 3º Os aditivos utilizados para o atendimento do artigo 7º da Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de 2013, devem ser registrados na ANP.

Art. 2º A comercialização dos aditivos para combustíveis automotivos indicados nos parágrafos 1º e 3º do artigo anterior somente poderá ocorrer após a publicação no Diário Oficial da União do despacho da ANP que concede o registro do aditivo.

Parágrafo único. A comercialização de que trata o caput somente poderá ocorrer enquanto o registro estiver ativo e regular junto à ANP.

Seção II
Das Definições

Art. 3º Para fins desta Resolução definem-se:

I - componente ativo: composto químico ou combinação de compostos químicos responsável pelas propriedades benéficas do aditivo;

II - diluente: veículo no qual o componente ativo do aditivo é diluído, com a finalidade de facilitar sua mistura com o combustível ou seu bombeamento e movimentação;

III - fluido carreador: componente do aditivo que viabiliza ou potencializa a ação do componente ativo na redução da formação de depósitos;

IV - aditivo: produto que contém componentes ativos, com ou sem fluido carreador ou diluente, que confere aos combustíveis propriedades benéficas ou que oferece ao veículo algum tipo de benefício, destinado a ser adicionado ao combustível em concentração que não exceda a 5.000 µL/L (0,5 % v/v);

V - produtor de aditivos: pessoa jurídica que produz aditivos via síntese ou formulação;

VI - importador de aditivos: pessoa jurídica que importa e comercializa aditivos;

VII - fornecedor de aditivos: pessoa jurídica que adquire aditivo já registrado na ANP e o comercializa após efetuar, sob sua responsabilidade, adição de diluente ou corante e/ou envasilhar o produto.

VIII - distribuidor: pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, gasolina C, etanol hidratado combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos;

IX - combustível aditivado: combustível automotivo contendo aditivo registrado na ANP, cuja adição tenha sido efetuada por distribuidor e identificado no posto revendedor conforme inciso IX do artigo 22 da Resolução ANP nº 41, de 5 de novembro de 2013;

X - varejo de aditivos: aquisição de aditivos em frascos para sua posterior adição em combustível automotivo a ser efetuada pelo consumidor final no tanque do veículo;

XI - faixa de aplicação: intervalo entre as concentrações mínima e máxima do aditivo, nas quais os benefícios foram comprovados quando do registro junto à ANP e cuja aplicação do aditivo é permitida;

XII - produtor de gasolina A: refinarias, centrais de matérias-primas petroquímicas e formuladores

XIII - importador de gasolina A: pessoa jurídica autorizada pela ANP para o exercício da atividade de importação;

XIV - aditivo concentrado: aditivo que não se encontra adicionado ao combustível.

Seção III
Do Registro na ANP

Art. 4º A solicitação de registro de aditivo pelo produtor ou importador de aditivos deve ser encaminhada à ANP acompanhada de:

I - Formulário de Registro de Aditivo, firmado por profissional de química responsável pelo produto, conforme modelo disponível no sítio da ANP: www.anp.gov.br;

II - Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ, conforme a norma ABNT NBR 14725 (Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente);

III - Espectro de infravermelho médio (400 cm⁻¹ a 4.000 cm⁻¹) do aditivo, firmado por profissional de química responsável pelo controle de qualidade do produto;

IV - Documento emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - que aprove o uso do aditivo;

V - Certificado da Qualidade do combustível contendo o aditivo a ser registrado na concentração máxima da faixa de aplicação, comprovando que o combustível permanece conforme a especificação estabelecida pela ANP;

VI - Modelos dos rótulos a serem utilizados, devidamente firmados pelo profissional de química responsável, somente nos casos enquadrados como varejo de aditivos;

VII - Comprovação de cada um dos benefícios declarados para o aditivo, por meio de relatórios técnicos baseados em ensaios estabelecidos por normas técnicas ou procedimentos validados, observando o seguinte:

a) os relatórios técnicos devem evidenciar os benefícios decorrentes da adição do aditivo ao combustível e descrever a metodologia utilizada e os parâmetros de ensaio;

b) a comprovação dos benefícios dar-se-á por meio da comparação de três ou mais ensaios, realizados conforme mesma metodologia, parâmetros de controle e batelada do combustível, nas seguintes concentrações do aditivo a ser registrado: zero e nas concentrações mínima e máxima da faixa de aplicação;

c) a diferença entre os resultados de que trata a alínea (b) deste inciso deve ser estatisticamente significativa;

d) os relatórios técnicos deverão ser firmados por profissional técnico responsável pela execução dos ensaios, com indicação legível de seu nome e número de inscrição no órgão de classe;